

Órgão considera tabela irregular

As entidades de classe de profissionais liberais e prestação de serviço sofrerão investigação minuciosa, pelo Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica (DNPDE). Estão na mira do órgão instituições e entidades corporativas que emitem tabelas de preços mínimos. A própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que elabora tabela de honorários, estaria irregular, segundo o DNPDE.

Numa economia de livre mercado, a elaboração de tabela com preços mínimos fere a legislação em defesa da livre concorrência, alerta o diretor do DNPDE, Marcos Vinicius de Campos. O DNPDE instaurou, essa semana, processos administrativos contra os sindicatos dos hospitais de Pernambuco e Porto Alegre, por emitirem tabelas de preços. Os sindicatos do Rio e São Paulo também deverão ser

investigados, acrescenta Marcos Vinicius.

“Nada impede que as entidades elaborem tabelas sugerindo preços, mas deixando a cada associado a liberdade para cobrar o que quiser. Segundo Marcos Vinicius, muitos sindicatos, associações e demais entidades representativas de dentistas, médicos, contadores e outras profissões, estabelecem preços mínimos para serem cobrados de sua clientela.

Isso contraria a atual política de abertura e livre concorrência no mercado.

Marcos Vinicius adverte que o DNPDE poderá, ao instaurar processo administrativo, estipular multas preventivas de no mínimo Cr\$ 20 milhões por dia, para que o representado cesse a prática. Tudo isso independentemente do julgamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).